

## ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO \*

RAPHAEL DE PAULA SOUZA \*\*

A Universidade de São Paulo, desde os seus primeiros passos, vem se preocupando com problemas referentes à vida social de seus alunos. Embora não seja muito o que tenha feito nesse sentido em prol do universitário, mercê de determinadas contingências e discontinuidade de ação, aspectos positivos e de relevância são também consignados.

Estamos neste ano comemorando um quarto de século da criação de nossa Universidade. É oportuno um olhar retrospectivo sôbre o que tenha ela feito nesse setor médico-social e que perspectivas pode oferecer para o futuro.

Nasceu nossa Universidade a 25 de janeiro de 1934, da iniciativa, cultura e visão política de Armando de Salles Oliveira. No próprio Decreto 6.283 que criou, são postos em destaque, em Capítulo especial, os méritos da formação do espírito universitário. Para sua conquista, são fixados como recursos para a aproximação e o convívio de professôres e alunos, a prática de atividades sociais e esportivas, e a organização de sociedades e clubes universitários. Seus Estatutos, além de endossarem o teor dêsse Capítulo, vão mais além: estabelecem, para o corpo discente, a criação de um diretório central, visando o fortalecimento cultural, social e desportivo do universitário, e através entrosamento com a Sociedade dos Professôres, medidas de previdência, benemerência, bolsas de estudos, assistência médica e hospitalar. Esta legislação revela, sem dúvida, que já ao seu albor, a Universidade de São Paulo recebe a incumbência, de bem zelar pelos assuntos atinentes à vida de seus estudantes.

A primeira medida concreta concernente ao universitário, refere-se a uma proposta do Prof. Almeida Júnior, apresentada ao Conselho Universitário em maio de 1935. "Considerando que é medida de grande alcance higiênico o exame periódico dos estudantes", propõe êsse ilustre Professor, que os candidatos à matrícula ao primeiro ano se submetam a exame médico no Instituto de Higiene, repetindo-o anualmente. A 12 de agosto é aprovada a emenda, do mesmo professor, "no sentido de ser considerado obrigatório o exame médico para a matrícula inicial, e facultativo, para as matrículas subseqüentes". Providências são então tomadas pelo

---

\* Palestra realizada na Fac. Hig. e S. Pública da U.S.P. em 20-7-59 em comemoração do ano jubilar da Universidade de São Paulo.

\*\* Professor catedrático de Tisiologia da Fac. Hig. e S. Pública da U.S.P.

Prof. Reynaldo Porchat e Prof. Cantídio de Moura Campos, respectivamente Reitor e Secretário da Educação e Saúde, junto ao Instituto de Higiene. O Prof. Geraldo H. de Paula Souza, seu diretor, com entusiasmo e empenho, planeja um programa de ação e obtém recursos, para que os trabalhos possam ter início ao ingresso das próximas turmas. Assim, a partir do ano de 1936, a “matrícula inicial dos candidatos aos institutos universitários da Capital”, fica dependente de exame de sanidade, realizado no antigo Instituto de Higiene, hoje nossa Faculdade.

As primeiras inspecções de saúde foram realizadas no Centro de Saúde do Instituto, como trabalho piloto. Ficaram os exames médicos a cargo dos Drs. Oscar Araujo e Alvaro Amaral, os tuberculínicos e radiológicos ao assistente de clínica fisiológica, cabendo ao laboratório os de sangue, urina e fezes. Nesse ano, foram examinados cerca de 600 universitários. Em 1937 e 1938 seu número foi mais ou menos o mesmo e as inspecções passaram a ser feitas pelos médicos do próprio Centro. Participaram assim desses trabalhos, os Drs. Jairo Ramos, Antônio de Ulhôa Cintra e Octavio Augusto Rodovalho, então assistentes, e hoje renomados Professores de escolas médicas.

O resultado dessa tentativa foi interessante, ficando demonstrado haver vantagem na revisão do estado de saúde dos estudantes, pois era elevado o número dos que necessitavam de cuidados médicos. De 1939 a 1945, esses trabalhos foram adquirindo individualidade, ficando os Drs. José de Barros Magaldi e Homero Pastore com a incumbência especial de atender os universitários durante todo o ano, continuando sob a responsabilidade do mesmo especialista o setor de fisiologia.

Da experiência colhida nesses anos, constatava-se que os progressos alcançados ainda estavam aquém dos interesses da Universidade. Dentre as falhas registradas, sobressaia a ausência de um serviço próprio que se encarregasse do exame e assistência aos estudantes, e que se entrosasse com as administrações dos institutos universitários. Era preciso que estes se integrassem no trabalho que vinha sendo executado pelo Instituto de Higiene, pois embora a inspecção médica tivesse caráter obrigatório para a matrícula inicial, na prática, estava ela longe de ser efetiva. Por outro lado, o estado de saúde de boa parte dos ingressantes, estava a impôr um setor de assistência médico-social. Esta era feita, exclusivamente em caráter particular, pelos próprios médicos do Instituto.

Em fins de 1942, o Prof. Geraldo de Paula Souza, com ampla visão, anteviu as radiosas perspectivas que um serviço dessa ordem abriria para a Universidade; pretendeu então estruturá-lo de molde a preencher as lacunas fundamentais, e alargar seu campo de ação. O anteprojeto estudado, e por êle aprovado para ser submetido à consideração do Conselho Universitário, propunha a criação de um serviço para fornecer assistência médico-social, educação física e desportos. Para a efetivação destes últimos, contaria com a participação do Departamento de Educação Física do

Estado, à época dirigido pelo então Major Silvio Magalhães Padilha e que, com competência, colaborara nesse estudo. Infelizmente o anteprojeto não pôde tomar corpo, não só pela tensão em que se encontrava o País, àquele tempo em estado de beligerância, como pelos repetidos afastamentos do diretor do Instituto, em trabalhos de saúde de âmbito internacional. Perdeu com isso a Universidade, excepcional oportunidade para levar a efeito uma experimentação de alta significância, para bem conduzir êsse difícil empreendimento.

Com a impossibilidade de criação desse serviço, as falhas existentes continuaram a se acumular, apesar do contínuo empenho da direção do Instituto de Higiene em saná-las; a enorme correspondência mantida com os Institutos Universitários e ainda conservada em seus arquivos, testemunha o esforço dispendido. Com o correr do tempo, as atividades médicas foram, pouco a pouco, se articulando em tórno do serviço de tisiologia. Em fevereiro de 1945, por portaria, o Prof. Borges Vieira, diretor em exercício, procura dar-lhes unidade, reunindo-as oficialmente em uma secção, sob a direção do assistente de Tisiologia. Pouco depois, em abril, é conseguido o contrato do Dr. Hermelino H. Gusmão, já familiarizado com o serviço, onde trabalhara como estudante e conquistara, com seu relatório sobre "O universitário diante da infecção tuberculosa", o prêmio Emílio Ribas, no curso da Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina. Como recém-formado, e entusiasta do problema, poderia conseguir do meio estudantil, composto ainda de contemporâneos seus, melhor compreensão e receptividade aos exames. Com o apóio das diretorias das escolas, foi então iniciado ativo trabalho educativo dos universitários, nos próprios institutos de ensino. Para se conseguir uma melhoria de rendimento sobre pouco mais de 600 ingressantes e 2.000 veteranos, foram feitas 11 palestras médicas coletivas, e 40 visitas às escolas, distribuídas quase 900 circulares educativas e mais de 500 ofícios convocando aquêles com exames incompletos ou sem exame. Como se vê, não estava sendo fácil a conquista do meio.

Transformado em 10 de julho desse mesmo ano de 1945, o Instituto de Higiene, em Faculdade de Higiene e Saúde Pública, o Prof. Borges Vieira, como diretor em exercício, sugere pouco depois, ao Magnífico Reitor, Prof. Jorge Americano, a expedição de uma portaria tornando obrigatório o exame médico inicial, dos ingressantes, e periódico, dos demais alunos e corpo técnico-administrativo. O Magnífico Reitor reconhecendo a importância do assunto, preferiu levá-lo à consideração do Conselho Universitário. Da boa compreensão de seus membros, e da objetividade dos relatórios apresentados pelo Prof. Borges Vieira, resultou a aprovação a 14 de novembro do parecer do Relator, Prof. Paula Sawaya, instituindo a obrigatoriedade desses exames na Universidade. Para evitar que os estudantes deles se esquivassem, como já sucedera com a determinação do Conselho Universitário em 1936, o mesmo Conselho aprova, a proposição,

do Prof. Gabriel de Rezende, para que fôsse dado amparo legal à medida, através de um decreto. Elaborado o anteprojeto pela Reitoria, é o mesmo aprovado pelo Senhor Interventor Federal, José Carlos de Macedo Soares, em julho de 1946, e sancionado como Decreto-lei n.º 15.879. De acôrdo com o Regulamento da Faculdade de Higiene, êsses exames executados por um pequeno núcleo de servidores, passa a se subordinar à Cadeira de Tisiologia, como Serviço de Inspeção de Saúde da Universidade — SISU. Na ausência do titular da Cadeira, o Magnífico Reitor designa o Dr. Hermelino H. Gusmão para chefia-lo, função que ocupou até 1952.

Apesar do esforço desenvolvido pelo SISU e do amparo de uma lei, o rendimento dos exames médicos, continuava a se manter aquém do requerido. A tolerância das escolas para com os alunos recalcitrantes, a incompreensão e desinterêsse dêstes, faziam da legislação letra morta. Com o crescimento da Universidade, ano a ano também crescia o número de examinados, sobrecarregando sobremaneira o SISU, embora a quota de abstenções permanecesse inalterada. Compareciam aos primeiros controles aquêles com pleno sentido do dever, felizmente a maioria; aos negligentes, entretanto, a lei sobrepujada, não importava. Êsse resultado, conquanto instrutivo era melancólico para os que desejavam ver o SISU integrado na Universidade. Estava realmente faltando ao programa, identificação com os corpos docente e discente; o que havia, era apenas simpática tolerância e passageiro interêsse. Com relação aos alunos, sentia-se a necessidade de oferecer mais que exames de saúde para que a educação sanitária tivesse penetração; era imprescindível dar-lhes assistência, não só médica como de caráter social. A simples inspeção de saúde dessa coletividade ao seu ingresso não era convincente. A compreensão de seu alcance poderia surgir de motivações e repetidos contactos, o que não sucedia. Compreensível portanto, a ausência de um progresso substancial nesse meio.

Por iniciativa do Prof. Jorge Americano, valor exponencial de nossa cultura e que, com indiscutíveis méritos geriu por vários anos os destinos de nossa Universidade, foi submetida à consideração do Conselho Universitário em 1946 proposta criando quatro sub-reitorias, diretamente subordinadas ao Reitor. Incumbia a uma delas, a que se destinava aos “interêsses dos estudantes”, superintender serviços de higiene, assistência médico-social, educação física, orientação vocacional, etc. Aprovada pelo Conselho, foi estruturada em julho dêsse ano. Infelizmente, poucos meses depois, o Magnífico Reitor, na defesa do princípio de autonomia da Universidade, exonerou-se do cargo, sem ter havido tempo para que fôsse implantada. Mais uma vez, os problemas dos estudantes vistos como um tódo, tiveram que ser adiados.

A atenção da Universidade para com seu corpo discente, entretanto, mantinha-se alerta. O Conselho Universitário, ao reformar o Regimento Interno da Reitoria em 1948, cria, no Departamento Cultural, a Divisão

de Ação Social. Além de pesquisas sociais dentro da Universidade, incumbia à Divisão, proporcionar ao seu pessoal e especialmente aos estudantes, assistência jurídica, médica, farmacêutica e dentária, amparo ao estudante pobre, colaborando nos problemas de recreação, alimentação, alojamento e outras de caráter social e esportivo. Programa ambicioso, não resta dúvida, mas demonstrativo do interesse social de seus promotores. Esta nova legislação apresentava, todavia, uma grande falha — a de ter sido criada como órgão inteiramente independente do serviço médico já existente na Universidade, e cujas deficiências residiam justamente na falta de um setor assistencial e social. Essa lacuna, pouco aparente, de início, foi se evidenciando com o decorrer dos anos através da claudicação desse novo órgão. Além disso, a pequena magnitude de suas verbas impedia qualquer trabalho social de profundidade; a própria assistência médica apoiava-se preferentemente nos serviços oficiais e no proverbial desprendimento da classe médica.

Em 1952 experimentou o SISU irreprimível necessidade de expansão. Os problemas médico-sociais estavam à sua vista e precisavam ser atendidos. O registro de anos de atividades demonstrava que realmente cresceram e prestaram serviços, mórmente os de medicina preventiva, já então acrescido do serviço abreuográfico do Hospital das Clínicas; êste fôra instituído com a colaboração do Serviço Nacional de Tuberculose e da Cátedra de Tisiologia da Faculdade de Higiene, como medida de defesa contra a tuberculose, dos estudantes de medicina e servidores desse nosocômio. Potencialmente apto para trabalho de maior envergadura, a atuação do SISU entretanto, estava aquém do que uma Universidade do padrão da de São Paulo se limitava a fazer. Duas felizes coincidências ocorridas nesse ano vieram contribuir para que os propósitos do SISU fôsem melhor compreendidos e coroados de êxito. Prende-se a primeira a um ofício do então Presidente da União Estadual dos Estudantes, Fernando Gasparian, ao Senhor Governador Lucas Nogueira Garcez, em que solicitava a extensão “a todos os universitários do Estado, os benefícios e a assistência médico-hospitalar concedidos por intermédio da Faculdade de Higiene e Reitoria aos alunos das Faculdades que fazem parte da Universidade de São Paulo”. Essa proteção dos estudantes seria de grande alcance e viria dar à “Universidade de São Paulo a oportunidade de colaborar eficazmente na solução de um problema social do mais alto significado para o Estado”. A segunda surgia, quase ao mesmo tempo, com o honroso convite feito ao Professor de Tisiologia da Faculdade de Higiene e responsável pelo SISU, para ser o Relator Oficial do tema “A tuberculose pulmonar entre os estudantes” da 1.<sup>a</sup> Jornada Internacional para a Proteção de Saúde dos Estudantes, a se realizar em Paris. A aprovação e apôio a êsse Relatório, deu ensêjo a que a nossa Universidade recebesse do Congresso, honrosa mensagem de estímulo e interesse pelo seu setor de saúde ao estudante. Essa Jornada, proporcionando ao encarregado do Relatório um contacto dirêto com especialistas estrangeiros responsáveis pelos problemas de saúde do

universitário e o estudo "in loco" das atividades então desenvolvidas em França, reavivou seu empenho em modificar, o quanto antes, o estado de coisas aqui existentes.

Em março de 1953, o Prof. Paulo de Azevedo Antunes, Diretor da Faculdade, recebia do SISU um estudo de suas atividades e a proposição para que fôsse revisto seu plano de trabalho e de recursos em pessoal e material. Reunia então dados comparativos entre 1949 e 1952, para evidenciar o esforço dispendido na melhoria de seus serviços sempre em ascensão. Com o mesmo corpo de servidores, passara de 700 matrículas novas para 1.900; de 2.700 abreugrafias para 6.400; de 6.000 pessoas atendidas para 13.000.

Sob a direção do Dr. Hermelino Gusmão trabalhavam três médicos: Drs. Homero Pastore, Renauld Bellegard e José Oswaldo Cruz e duas educadoras sanitárias: Dnas. Elizabeth de Campos Pires e Neyde M. Neves do Amaral, ambas sem um instante de sossêgo para manter o serviço em dia.

Apesar dêsse aumento substancial era preciso fazer mais que a inspeção médica, quer devido à premente demanda de assistência médica por parte de alunos e servidores de uma Universidade em crescimento, quer pela persistente abstenção de muitos, embora existisse uma determinação legal. Salientava a exposição que "só com um Serviço muito bem organizado e com ótimas auxiliares de educação sanitária, poderíamos, dentro de alguns anos, contar com a participação espontânea dos componentes da Universidade. Nosso atraso (à época), era tão grande, que mesmo sendo legalmente compulsórios os exames, êstes não se processavam com regularidade, sendo de estarrecer a evasão verificada anualmente. Só aos poucos e com a compreensão e participação ativa do corpo docente da Universidade poderíamos vencer a inércia em que nos encontrávamos". "Pelo que era dado ver na Universidade desde 1936, e pelo que se fazia no estrangeiro" parecia inadiável e oportuno dar um incremento ao setor de saúde do universitário, levando-lhes ampla educação sanitária e oferecendo-lhes eficiente assistência médico-social". O SISU representaria o "núcleo de um vasto e progressivo programa em defesa do estudante, enquadrando-o plenamente nos proventos da medicina social". "O sucesso das medidas estaria na dependência não só dos recursos para seu desenvolvimento, como no interêsse e perfeita identificação com essa diretriz por parte do corpo docente da Universidade consubstanciado no Conselho Universitário". "De acôrdo com a magnífica orientação que os americanos dão às suas Universidades, estas devem se preocupar não só com o desenvolvimento mental de seus componentes, mas também com a integridade de sua saúde física, numa perfeita concordância com o *mens sana in corpore sano*". "As Universidades estão cada vez mais preocupadas em abrir suas portas aos indivíduos mentalmente bem dotados independentemente de padrões financeiros ou sociais. Para tanto, é indispensável ir ao

encontro de um sem número de problemas sócio-econômicos, não raro intimamente ligados aos da saúde física e mental. Não é outra a orientação que vem sendo dada pela Universidade de Paris com sua cidade universitária, seus restaurantes, organização de seguro ou serviços médicos. As conclusões das Jornadas supra referidas confirmam plenamente o domínio dessa orientação". "Há determinados setores do serviço de saúde, como, no momento, o da tuberculose, em que a Universidade poderia alargar seu campo de ação, além de seus integrantes, pois outros grupos de pessoas, em caráter facultativo, vez ou outra, já vinha sendo assistidos. Trata-se de ampliar os exames profiláticos e de assistência médica ambulatoria, aos familiares dos tuberculosos ou suspeitos encontrados nos exames procedidos na Universidade, assim como aos jovens estudantes de ginásios e colégios".

A exposição do SISU, bem aceita pelo Diretor da Faculdade é encaminhada, com seu apêlo, à Reitoria. Poucos dias após, o Magnífico Reitor, Prof. Ernesto de Moraes Leme toma conhecimento do problema. Vislumbrando o alcance de um serviço dessa natureza para a Universidade, sugere de imediato, a anexação da Divisão de Ação Social ao SISU. Como Reitor havia se apercebido da carência de um setor médico nessa Divisão e do assistencial no SISU; reunindo-os em um só órgão completar-se-iam. O Prof. Soares Amóra responsável pelo setor social e o diretor do SISU são então encarregados de estudar um anteprojeto fundindo os serviços em causa; preparado prontamente, passa a ser considerado pela Faculdade de Higiene, Consultoria Jurídica e demais órgãos especializados da Reitoria antes de ser encaminhado ao Colendo Conselho Universitário. Neste, após parecer favorável dos Prof. Teotônio Monteiro de Barros e Dr. Edgard Radeska é aprovado nas sessões de 5 de abril e 19 de novembro de 1954, presididas pelo Magnífico Reitor Prof. José de Mello Moraes. Pouco depois, a 26 do mesmo mês de novembro, pelo Decreto n.º 23.863-A, o Senhor Governador Lucas Nogueira Garcez cria na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da fusão dos dois serviços, o Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade — ISSU — com o encargo de "proporcionar ao corpo docente, discente e administrativo da Universidade de São Paulo, o amparo médico-social de que necessitar, bem como promover a prática de cultura física e de reuniões esportivo-sociais que fortaleçam a saúde e incrementem o espírito universitário".

Pela primeira vez a Universidade de São Paulo iria dispôr de serviço destinado a assistir, ao mesmo tempo, médico e socialmente seus alunos e servidores. Tendo como ponto de partida a inspecção médica obrigatória dos ingressantes, proposta em 1936, pelo Prof. Almeida Junior, em evolução lenta, mas contínua, chega à constituição de um Instituto com determinações legais adequadas para larga atuação em provento dos universitários. A larga experiência adquirida pelo SISU e pela Divisão de Ação Social do Departamento de Cultura, seria aproveitada para dar ao Instituto características que favorecessem sua integração no meio universi-

tário. Por razões históricas e interêsse pelos problemas do corpo discente, o novo Instituto ficou anexado à Cátedra de Tisiologia sob a direção de seu titular. A integração dos Institutos Universitários e de seu corpo estudantil, far-se-ia por intermédio de um Conselho Técnico-Administrativo, onde estariam representados o Conselho Universitário, as Faculdades de Higiene e de Medicina, os Centros Acadêmicos e o Departamento de Cultura.

Competia ao Instituto, pela sua Divisão de Saúde, promover medidas de caráter profilático, exames médicos seletivos, físicos e psicológicos, assistência médica, hospitalar, dentária e farmacêutica. Pelo Setor Social, o estudo da situação dos estudantes, as medidas para ampará-lo, cooperando especialmente nos setores alimentar e residencial, assim como na promoção e incentivo à prática de educação física e atividades esportivas. Evitando prováveis imperfeições em serviços dessa complexidade seriam êles instituídos progressivamente. Atendendo à própria manifestação da classe estudantil de São Paulo, o decreto estabelece que os serviços profiláticos e assistenciais poderão vir a ser estendidos aos familiares do corpo discente e a outros centros universitários e colegiais, admitindo outrossim a instituição de taxas e seguros sociais.

Com a criação do ISSU ficou a Universidade de São Paulo dotada de um órgão com atribuições legais para zelar pelos interêsses do estudante. Tendo surgido sob tão bons augúrios, era de crêr que, no que tange ao relêvo especial para as questões médico-sociais do estudante, passaria ela a se ombrear com os mais adiantados centros universitários mundiais. Todavia, não é bastante uma lei para que um programa se ponha em marcha e se transforme em realidade. O aparecimento de novos fatores podem alterar de vez, a orientação prevista. Foi realmente o que sucedeu.

Com a mudança do Govêrno do Estado, novas diretrizes são impressas em sua política econômico-financeira, com profunda repercussão nos serviços públicos através de cortes de verbas e dispensa de pessoal. Como medida de caráter geral, essas restrições alcançam não sòmente o novo órgão que vinha de ser criado, como também a Cadeira de Tisiologia, onde êle teria que se assentar. À medida que os anos passam a situação mais se agrava; as vagas existentes não podem ser preenchidas; as verbas, já insuficientes em 1954 não recebem refôrço, ou antes, reduzem-se com a desvalorização monetária. Para o Instituto a recuperação financeira do Estado não se fazia sentir. Dessa forma, decorridos mais de quatro anos de sua criação, a própria estruturação do Instituto foi sendo adiada e ainda continua impraticável nos dias que correm.

Sua deficiência em pessoal e material obrigou a limitação de seu programa ao setor médico-assistencial, sendo nele concentrado a quase totalidade dos recursos. Tanto a medicina preventiva como a assistencial teve desenvolvimento mais efetivo. Sua maior penetração no meio estudantil e administrativo da Universidade tornou êsses serviços muito mais procura-

dos; em 1958, por exemplo, passaram por êle cêrca de 5.000 pacientes, sendo abreugrafados mais de 7.000.

Suas incursões nos demais setores entretanto, só se faziam sentir por outra, de forma discreta e acanhada. O social, não ficou inteiramente fora de ação, por contar entre seus servidores, com um assistente social. Êste tem podido assistir a uma série de casos individuais e com isso resolver problemas de significação para servidores e alunos. Foi tentado organizar um programa de bolsas com o apôio do Jockey Club de São Paulo e a Sociedade Paulista de Cultura Japonêsa. O sistema sugerido pelo ISSU não era original, o que não diminui seu valor. Após pesquisa social as bolsas doadas por essas sociedades seriam entregues aos universitários como um empréstimo; essa dívida seria saldada depois da formatura, com a renda do trabalho profissional do beneficiado, acrescido do donativo que o grau de seu sucesso na vida prática viesse a ditar. O retôrno dessas doações, juntamente com tôda a sorte de donativos de ex-alunos ou não, iria constituir o núcleo de um banco de bolsas para estudantes necessitados. Êsse programa, com pagamentos em futuro distante visaria estimular o espírito universitário e de cooperação humana; a distribuição dêsse auxílio, deixaria de ser um ato caritativo, para ser um empréstimo que o estudante teria direito fazer, dando como garantia seu futuro profissional.

Êste problema das bolsas de estudo é importante. O programa organizado em 1957, com possível aumento anual com o apôio do Jockey Club infelizmente não pode ter prosseguimento, em vista do Govêrno do Estado ter adjudicado para o Serviço Social do Palácio as novas concessões. Seria, entretanto, da maior importância que o ISSU pudesse levar avante um plano para formar o Banco de Bolsas. Para tanto seria indispensável que o Govêrno e a Universidade concordassem em distribuí-las por intermédio do ISSU, para que êste pudesse, com elas, desenvolver o sistema de responsabilidade, cooperação e espírito universitário que o "Banco" poderia propiciar.

O setor de Cultura Física ainda não pôde ser organizado. O ISSU deu apenas sua colaboração à FUPE, submetendo a exames abreugráficos de seleção, os atletas que deveriam representá-la nas Olimpíadas Universitárias. A nosso vêr, êste setor deveria se orientar especialmente para a medicina esportiva. Com vistas a essa diretriz, um de seus médicos matriculou-se no Curso do Departamento de Esportes cursando-o com brilhantismo. Foi êle encarregado do estudo de um plano de trabalho que permita o desenvolvimento efetivo e racional da educação física do universitário. Seria oportuno também um estudo em conjunto com a Cidade Universitária, para que a construção do seu Estádio tenha início, uma vez que é um dos melhores meios para criar e incrementar o espírito universitário.

Com relação à construção da Cidade Universitária, o ISSU considera como de grande utilidade, estar mais intimamente entrosado com ela no

que concerne a problemas de refeitórios, residências, transportes e outros relacionados com a vida social do estudante, de tão elevado alcance para o bem estar geral e surgimento de um novo espírito no meio estudantil.

Para todos os programas a serem desenvolvidos no setor social, são indispensáveis trabalhos preliminares relativos à vida do universitário, quer sob o ponto de vista social quer psicológico. Sem êles, ficariam faltando bases sólidas para o enquadramento dos reais problemas sócio-econômicos que os afligem. Para isso, obteve o ISSU bolsa do Jockey Club de São Paulo, na esperança de levar avante uma pesquisa piloto em colaboração com a Faculdade de Filosofia.

Êste relato sucinto permite ter uma impressão geral do trabalho que o ISSU vem desenvolvendo. É flagrante o desequilíbrio de sua ação; de um lado, um pêso razoável para o setor da saúde e praticamente em branco, o lado social. Tem agido êle como se fôsse só de "saúde" como que inexistindo o de "serviço social". Embora o pêso da parte médica seja muito maior, ainda assim não é suficientemente grande para cobrir o campo de ação que lhe caberia velar. Por infelicidade tem que estacionar onde está, pois já atingiu o limite máximo permitido pelos recursos de que dispõe o serviço.

E o setor social? Êste que foi o renegado, apresenta, notadamente nos dias que passam, importância transcendente. Os ruidosos progressos econômicos, científicos e técnicos de nosso século, bem como os violentos abalos de duas guerras mundiais, vêm provocando transformações morais, psicológicas e intelectuais de expressiva repercussão na contextura da sociedade. Na era em que vivemos, essa vibrante evolução se tem feito sentir nas universidades, modificando, em conseqüência, seu modo de vida e ação para se manter em equilíbrio com o ambiente. Em testemunho do interêsse que o problema está despertando, falam os congressos e sociedades de caráter internacional que têm surgido depois da última guerra: órgãos como as Nações Unidas e os Estados Americanos vêm dando especial apôio a êsses movimentos. Data de 1950 o aparecimento da Associação Internacional de Universidades, que têm estimulado estudos em profundidade, de um sem número de problemas universitários resultantes das imensas transformações sociais.

Uma das questões de interêsse médico-social que tem atraído a atenção internacional é a da democratização dos cursos universitários. A partir da última guerra o ritmo de evolução das sociedades se tem acelerado de maneira extraordinária; tal é a velocidade dessas transformações em superfície e profundidade, que em tempo algum, gerações que se sucedem se encontram tão distanciadas e incompreendidas uma das outras, como na atualidade. As universidades não fazem excessão a êsse estado de coisas, que repercutem com violência sôbre seus corpos docente e discente. Contrariamente ao que sucedia no início do século, encontra-se hoje nas universidades elevado percentual de estudantes oriundos das mais variadas

classes, mesmo a das economicamente mais frágeis. Por essa razão, hoje mais que em qualquer época, além de sua área de ação no ensino e na pesquisa, deve a Universidade atentar à fundo para o elemento humano que a ela acorre em busca de luzes para se orientar. A integração dessas gerações novas, trazendo consigo as variadas características dos respectivos ambientes, apresenta dia a dia maiores dificuldades. Para que a Universidade possa cumprir sua missão, dirigida para a inteligência, a técnica e também para a ética, é indispensável a identificação dessa mocidade com o meio. Para isso, é importante conhecê-la bem.

É nesse sentido que o Serviço Estatístico Universitário da França, estuda em 1956 a origem social de mais de 130 mil universitários do país. Constata assim, contrariamente ao passado, que cerca de 53% provinham de famílias de classe salarial mais modesta, enquanto que decresciam os descendentes de famílias de classes mais categorizadas, como as de profissões liberais ou de capitães de indústria, que não passava de 12%. A ascensão daquele grupo nestes últimos anos decorria sobretudo da participação dos filhos de comerciantes e artesãos; por outro lado, os filhos de operários urbanos ou rurais, mantinha-se estacionária e com baixa participação. Anotam então, que além dos recursos materiais, outras causas influem na participação de determinados grupos, não existindo propriamente um limiar financeiro, acima do qual, os jovens se encaminham para o ensino superior. “Cada classe social herda um conjunto de reflexos que determina seu comportamento”; o pequeno funcionário, com salários baixos e dificuldades de vida semelhantes aos de outros grupos contribui com a maior quota de universitários (20%). As medidas gerais adotadas em França desde a 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, não repercutiam uniformemente sobre a sociedade; determinadas classes só agora estão sendo alcançadas e apresentam na Universidade proporção correspondente à existente na população geral. O operariado, que representa 30% da população, ainda mantém baixo seu ingresso. Sua participação entretanto, não depende exclusivamente de medidas de assistência social; falta-lhe também o substrato cultural que, estimula e disciplina os estudos. É interessante atentar para este trecho do trabalho: “na maioria dos casos, entre o trabalhador manual e o universitário, há necessidade que uma geração adquira, muitas vezes como auto-didata, conhecimentos de base, se desenraíze, ou se supere, mostrando a seus descendentes o caminho, fazendo-os apreciar os benefícios do ensino, fornecendo-lhes esta contextura cultural, no qual, se inserem os conhecimentos universitários”.

Não menos valiosos para o conhecimento do meio social universitário são os estudos, agora, efetuados na Alemanha Ocidental, país de grande tradição cultural e que sofre violenta transformação social. Seus cursos universitários são muito dispendiosos e exigem grande esforço financeiro. As condições de vida de mais de 100 mil alunos veteranos investigados em 1956, não são boas. Apenas 33% têm seus estudos assegurados com recursos paternos; todos os demais necessitam trabalhar, quer parcial-

mente para suplementar o apóio financeiro que recebem (28%), quer porque dependem exclusivamente de seu próprio trabalho para poder viver; êstes representam 36% do total de estudantes, 11% dos quais, são operários. Essa situação difícil não é considerada como prejudicial apenas para o estudante, mas para tôda a comunidade; os progressos científicos, técnicos e econômicos dependem principalmente dessa coletividade universitária, que no futuro deve ocupar os postos de responsabilidade do país. Seu real valor social não corresponde à sua situação econômica; o encargo de auxiliá-lo deve pois, ser considerado como atribuição estrita do Estado.

Nessa mesma ordem de idéias, da democratização de ensino e necessidade de trabalho, é oportuna uma referência ao Relatório do Prof. A. Querido para a Associação Internacional de Universidades, sôbre a saúde mental no meio universitário. Põe êle em relêvo, justamente a freqüência de reações provocadas no meio estudantil, tendo em vista a popularização do ensino superior. Referindo-se a um passado recente, em que as camadas sociais melhor aquinhoadas, material e culturalmente, tinham grande acesso às universidades, registra que durante seus cursos, êsses estudantes não eram traumatizados por atritos ou choques, uma vez que a atmosfera espiritual, cultural e social assemelhava-se à de seus lares. Bem diverso era o clima para o estudante que provinha de outro nível cultural; para se integrar nesse novo ambiente de características diferentes, tinha êle que dispender esforços ingentes, além daqueles exigidos pelos seus problemas básicos de sobrevivência. O Prof. Querido não crê que sômente o auxílio para contornar esta dependência material possa resolver a questão. Não seriam os fatores materiais como êstes que determinaram seus desajustes frente à Universidade; a fonte das grandes dificuldades de adaptação se encontraria na tradição do lar. O esforço que dispenderiam, tanto para se sustentar no próprio meio, como para se ajustar às novas condições os levaria, muitas vêzes, ao conflito mental e seu cortêjo de sentimentos, como isolamento, insegurança e angústia. Essas dificuldades não existem entre os universitários — pobres ou ricos — que provêm de famílias de educação tradicional, onde há compreensão e estímulo para suas atividades estudantis.

Essas referências esparsas, denotam o interêsse universal de pesquisas que permitam conhecer com clareza a situação do universitário. No que tange à demonstração do ensino superior, parece evidente que, para seu processamento se fazer sem sobressaltos, há necessidade de ser proporcionado a seu corpo discente, recursos médicos e sociais, que favoreçam sua segurança e sua integração. Não podemos entretanto transportar para cá os trabalhos e pesquisas alienígenas para com êles tentar resolver nossos problemas. Êles nos servem, e de muito, desvendando novos horizontes. Entretanto, nossos problemas são bem nossos, e só trabalhos em nosso meio poderão aclará-los.

Ainda não dispomos de pesquisas que precisem nossa situação. Todavia alguns documentos levantados nos nossos meios universitários deno-

tam sua progressiva democratização e a gravidade de algumas de suas conseqüências. São dados que nos encaminham para outras trilhas, e alertam a Universidade, no sentido de encarar com decisão essas importantes questões.

O Prof. Almeida Junior, em 1944, fêz um inquérito entre seus alunos ao término do Curso de Direito. Anotou êste Professor que foi a insuficiência econômica que forçou apreciável proporção dos que procuraram a Faculdade de Direito, em vez de outro instituto superior, em virtude de ser considerada como de "tempo parcial". Assinalando que êsse problema precisa ser examinado e resolvido, fixa com precisão que não "é justo nem conveniente que estudantes vantajosamente dotados (em inclinações e aptidões) para determinada carreira universitária, se vejam impedidos de segui-la em virtude de insuficiência econômica".

Em publicação de 1948, José da Silva Pacheco, em outro grupo universitário, apresenta dados interessantes de inquérito feito entre alunos procedentes do interior e que não moravam com suas famílias. Residindo em pensões, apenas 12% viviam sòzinhos em seus quartos, enquanto 32% moravam com 4 ou mais companheiros, em sua maioria não estudantes (60%). A alimentação de quase todos se compunha de arroz, feijão e carne; cêrca de 35% não comia verduras e só uma minoria incluía ovos e leite nas refeições. Por falta de tempo, de lugar ou de recursos, quase 90% não praticava esportes. Cêrca de 72% trabalhava e pouco mais dêsse percentual afirmava que a vida de pensão, por motivos vários lhes dificultava os estudos.

Mais recentemente, Bertram Hutchinson, ilustre professor inglês que vem emprestando sua valiosa colaboração ao Brasil, investigando a ascendência dos ingressantes da Universidade em 1955, encontra 22% com pais e avós brasileiros, enquanto que 54% provinha do cruzamento de brasileiros com estrangeiros. Comparando êstes seus resultados com os que obtivemos em trabalho de 1956, podemos ajuizar o grau de miscigenação processado nestes 20 anos neste cadinho racial que é São Paulo. Nessa época, 43% dos estudantes, descendia de pais e avós brasileiros, quase o dôbro portanto, do percentual de hoje. Por sua vez, foi de quase três vêzes menor, apenas 19% os dos com ascendência brasileira-estrangeira. Levando-se em conta o elevado percentual de elementos estrangeiros na ascendência de nossos universitários (54%), poder-se-ia pensar numa tendência de democratização de nosso ensino superior, de cujos benefícios estariam compartilhando os descendentes de imigrantes aqui aportados em fim do século passado e começo dêste. Os estudos de Hutchinson, entretanto referntes às condições econômico-sociais dessa amostra, não confirmam essa previsão; 75% de todos os estudantes se incluem entre as duas classes consideradas como melhor aquinhoadas, cabendo pouco mais de 1% às três últimas tidas como menos favorecidas.

Êstes resultados de Hutchinson, acusando uma situação de privilégio em nossa Universidade nos surpreenderam; na rotina do ISSU, nossa observação nos havia levado a impressão diferente. O Prof. Arrigo Leonardo Angelini, em uma investigação levada a efeito êste ano na Cadeira de Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e que conhecemos através de uma publicação para o grande público, chega entretanto a resultados que contraditam o anterior e nos induzem a crer na progressiva popularização de nosso ensino. Êste trabalho refere-se unicamente aos candidatos dessa Faculdade no corrente ano e alcança quase 1.700 estudantes. Encontra êle percentual de estudantes com ascendência de nível econômico elevado, muito menor que o inquérito de Hutchinson — 21% em vez de 75%. Por outro lado, os três últimos grupos, que representam as classes menos favorecidas, reúnem quase 40% de todos os candidatos, 5% dos quais provindos das de menor cotação, que é a de ocupações manuais não especializadas. Êstes resultados se articulam melhor com os inquéritos realizados em 17 ginásios em 1948 e trabalhados por Juarez Rubens Brandão Lopes. A essa época, o ensino médio já era acessível a alto número de alunos com ascendência estrangeira e que pertenciam em sua maioria, às camadas econômico-sociais menos favorecidas.

Êstes poucos trabalhos nacionais põem em evidência a importância e as dificuldades de trabalhos dessa natureza. Abrem êles porém, novos rumos, mostrando que é premente para a Universidade de São Paulo conhecer, de maneira a mais completa possível, o estudante e sua vida. A transformação de nosso meio universitário, só poderá ser determinado através de estudos e pesquisas de mais largo espectro. Todos nós sentimos a sensível modificação ética, espiritual, cultural e social que vem se registrando em nossa terra. São Paulo é um centro que vem arregimentando culturas dos mais variados níveis e procedências; o ingresso crescente de grupos heterogêneos em meio universitário tem que provocar embates e desequilíbrios que não podemos deixar que sejam resolvidos por si só, desgastados pelo tempo e natural acomodação.

Por outro lado, a política econômico-financeira do país tem atuado de maneira substancial na transformação que se processa, não apenas nos setores materiais e intelectuais, mas proeminentemente no que se refere à ética. Não são dêle dependentes, os grandes problemas que afligem a mocidade de hoje, desarvorada e a enveredar por variados caminhos em ansiosa busca de orientação? Suas peças teatrais, verdadeiras reportagens artísticas de nossa tragédia social e para a qual não dão nem sugerem soluções, não representam mensagens da insegurança e da desorientação em que se encontram? Que significa essa inquietude e essa insatisfação da classe estudantil que explode por motivos aparentemente fúteis? E a questão do trabalho? Parte o faz para auxiliar seu sustento parcial ou total; outra porém, sem dificuldades materiais sente-se obrigada ao trabalho por influência do ambiente. Que fôrça a desvia da dedicação plenos encargos universitários? Irreprimível anseio do supérfluo? Conse-

qüência do imediatismo avassalador desta onda inflacionária que há anos domina o país? Como prova de independência? Aferir capacidade e competência? Ganhar experiência e prática por considerar insuficiente a oferecida pela Universidade? Diante da complexidade da situação, poder-se-ia perguntar: nossa Universidade, voltada predominantemente para as questões da inteligência e da técnica, terá evoluído, o bastante, para acompanhar essa mobilidade social que caracteriza São Paulo de hoje e bem orientar o homem de amanhã?

Infelizmente o ISSU, limitado ao setor médico como teve que ficar, não está apto a dar uma resposta documentada. É falha que o deprime e entristece. O que tem a fazer agora é se superar expandindo-se até às largas fronteiras demarcadas em lei.

A atenção para com o universitário é obra do maior alcance e precisa ter uma amplitude à altura de São Paulo. A popularização do ensino superior está a exigir uma tomada de posição para que se processe sem choques e com rendimento máximo. Já é grande o acêrvo de ensinamentos que a Universidade de São Paulo colheu nestes 25 anos de atividades em prol do estudante; é de se esperar que tenha êle o condão de abrir novo e largo campo de ação em nosso meio estudantil, para que ela se eleve ainda mais como centro de cultura, de inteligência, de educação e de ética.